Artigo Original

v. 7 n. 3 (2026)
ISSN: 2675-8008
Revista Multidisciplinar em Saúde

ACESSO ABERTO

Data de Recebimento:
27/08/2026

Data de Aceite:
15/09/2026

Data de Publicação:
30/09/2026

Autor correspondente:
Érica Pires Conde, doutora,
Avenida Aquiles Wall Ferraz,
5437, Campestre.
Telefone (86) 99482-5195
E-mail: ericaconde@uol.com.br

Citação:
SÁ, P.C.A; CONDE, E.P. Afastamentos temporários laborais docentes por transtorno mental no Brasil **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 7, n. 3, 2026. https://doiorg/10.51161/integrar/rems/4957

DOI: 10.51161/integrar/rems/4957
Editora Integrar© 2026.
Todos os direitos reservados.

AFASTAMENTOS TEMPORÁRIOS LABORAIS DOCENTES POR TRANSTORNO MENTAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE DADOS DO INSS

Letícia P.C. Assunção Sá[a] Érica Pires Conde[b]

[a]Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física (PPGCAF), Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Rio de Janeiro, Brasil.

RESUMO

Introdução: A saúde da mente em espaços laborais é uma temática que tem ganhado crescente relevância no cotidiano, porque há um aumento considerável de transtornos mentais que afetam o bem-estar dos trabalhadores e o desempenho organizacional. **Objetivo**: Este estudo busca investigar o perfil epidemiológico e temporal dos afastamentos laborais de professores por transtornos mentais no Brasil, tendo por base os dados oficiais de concessão de benefícios previdenciários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), publicados nos últimos três anos (2023, 2024 e 2025). Material e Métodos: Foi realizado uma análise descritiva e analítica, quanti-qualitativa, documental, com delineamento temporal dos dados fornecidos pelo INSS, sendo variáveis consideradas: a natureza da incapacidade e a classificação da doença focada no código da CID 10, considerando o capítulo V, especificamente F32, F41 e F43. Resultados: Os resultados apontam para um crescimento expressivo e acumulativo das concessões de auxílios temporários por adoecimento mental docente. **Conclusão**: O enfrentamento desse cenário deve levar as instituições escolares a pensar em sua organização, visando resgatar o bem-estar no fazer do trabalho pedagógico.

Palavras-chave: Saúde docente; Transtornos mentais; INSS; Afastamento laboral.

ABSTRACT

Introduction: : Mental health in the workplace has become an increasingly relevant issue in daily life, given the considerable rise in mental disorders affecting worker well-being and organizational performance. Objective: This study aims to investigate the epidemiological and temporal profile of work leaves taken by teachers due to mental disorders in Brazil, based on official social security benefit data from the National Social Security Institute (INSS) published (HIAS) from March to June 2025. Referral flows and indicators related to weekly appointment availability, as well as weekend over the last three years (2023, 2024, and 2025). Materials and Methods: A descriptive and analytical study was conducted using a mixed-methods (quantitative-qualitative) documentary approach and a temporal analysis of data provided by the INSS. The variables considered included the nature of the incapacity and the disease classification based on ICD-10 codes—specifically Chapter V, codes F32, F41, and F43. Results: The results indicate a significant and cumulative increase in the granting of temporary benefits due to mental illness among teachers. **Conclusion**: Addressing this situation requires educational institutions to reflect on their organizational structure, aiming to restore well-being within the practice of pedagogical work.

Keywords: Teacher health; Mental disorders; INSS; Work leave**.**

INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo do mercado de trabalho brasileiro, o crescimento das concessões de benefícios por incapacidade temporária no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) reflete como a saúde mental se consolidou como uma dimensão crítica do bem-estar do trabalhador. No meio dessa crise epidemiológica, encontra-se a categoria docente, que de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), possui atividades laborais caracterizadas como uma das mais esgotantes na sociedade brasileira (Diehl e Marin, 2016).

A profissão do professor apresenta uma rotina historicamente marcada por intensas demandas socioemocionais, geradas por várias condições estressoras: sobrecarga de papel, que pode ser vista como fragmentação de afazeres, lidar com diferentes pessoas simultaneamente, diversas tarefas exigidas, e, em alguns casos, diferentes lugares de trabalho; as relações travadas entre professor-alunos, a falta de apoio de familiares de alunos; e a dificuldade para conciliar trabalho-família e trabalho-vida pessoal (Carlotto et al., 2018).

Outro aspecto a ser considerado é o ambiente de exercício desse ofício. As tensões laborais podem estar diretamente relacionadas as inadequadas condições ambientais. Bakker e Demerouti (2017) enfatizam que ambientes inadequados geram demandas exaustivas sobre o organismo. Assim, pode-se dizer que o bem-estar ocupacional depende de uma infraestrutura material harmoniosa. Nessa mesma linha teórica, existe o fato de algumas organizações do trabalho imporem metas rígidas, desconsiderando a subjetividade do trabalhador, deixando o ambiente distante de ser um espaço de realização e passando a operar como um gerador de sofrimento psíquico, que pode culminar com o colapso da saúde mental (Dejours, 2015).

O magistério exige do profissional uma dedicação que ultrapassa os limites da sala de aula, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais e organizacionais contínuos. Reis et al. (2006) menciona que ensinar é uma ocupação que repercute na saúde física e mental.

Diante dessa vulnerabilidade psicossocial, a análise dos registros estatísticos do INSS constitui um indicador crítico e objetivo, pois capta os episódios mais severos de absenteísmo — aqueles que superam o limite de quinze dias de afastamento — desvelando não apenas o impacto humano do adoecimento psíquico na educação, mas também as repercussões socioeconômicas e previdenciárias de uma atividade profissional em estado de exaustão institucionalizada.

Perante o exposto, resolveu-se investigar o perfil epidemiológico e temporal dos afastamentos laborais de professores por transtornos mentais no Brasil tendo por base os dados oficiais de concessão de

benefícios previdenciários do INSS publicados nos últimos três anos (2023, 2024 e 2025).

MÉTODOS

A pesquisa aqui realizada, é descritiva e analítica, porque lista números e procura identificar padrões; quanto à abordagem, quanti- qualitativa, pois procura mensurar dados numéricos do INSS, índices de concessão de auxílios, e analisar de maneira subjetiva os resultados coletados. Ela é também, quanto aos procedimentos, documental, tendo por base dados secundários de domínio público (Gil, 2002); e, por fim, tem delineamento temporal, pois considera os dados coletados em um determinado período de tempo, 2023, 2024 e 2025 (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

Os números absolutos de concessões foram consolidados a partir dos registros do Sistema Único de Benefícios (SUB), INSS, que contabiliza cada emissão de benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) sob os códigos da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), relacionados a transtornos mentais e comportamentais. Assim sendo, a unidade de análise deste estudo é a concessão do benefício (evento) e não o indivíduo (CPF), reconhecendo a possibilidade de múltiplos afastamentos por uma mesma pessoa.

Para isolar o objeto de estudo na base de dados, utilizou-se três filtros principais: Grupo de Doenças: Códigos do Capítulo V da CID-10 (Transtornos Mentais e Comportamentais - códigos F00 a F99); Ocupação: Filtro pelo código da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), correspondente aos grupos de professores (Família 23 da CBO - Profissionais do Ensino); Espécie do Benefício: Auxílio-por-incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) previdenciário (B31) ou acidentário/decorrente do trabalho (B91).

Foram considerados critérios de inclusão: o tipo de Vínculo Ocupacional, professores da educação infantil, ensino fundamental, médio, técnico e superior; de Diagnóstico Médico: Benefícios concedidos cujo diagnóstico principal esteja classificado no Capítulo V da CID-10 (ou capítulos equivalentes na CID-11), referente a Transtornos Mentais e Comportamentais (intervalo de códigos F00 a F99), com ênfase em transtornos de humor (F30-F39) e transtornos neuróticos/ansiosos (F40-F48); de Espécie de Benefício: Auxílio-por-incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), na modalidade previdenciária comum (B31) ou na acidentária/decorrente do trabalho (B91); e de Delimitação Temporal: Concessões de benefícios cujas datas de início do benefício (DIB) estejam compreendidas rigorosamente dentro da série histórica estipulada para o estudo.

Foram considerados critérios de exclusão de registros os que apresentaram vínculo com o Serviço Público Estatutário, registros de professores vinculados a Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) municipais, estaduais ou federais (servidores públicos estatutários); outras categorias profissionais, aqueles profissionais que trabalham na escola, mas que não são docentes; outras causas de afastamento que não indicassem doença mental; registros com inconsistência de dados ou casos de duplicidade de registros e, por fim, situações de aposentadoria por incapacidade permanente ou auxílio acidente, visto que o foco na busca dos dados deu-se para casos de afastamentos temporários.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O perfil epidemiológico e temporal dos afastamentos laborais de professores por transtornos mentais no Brasil

Os dados aqui coletados fazem parte do censo de registros oficiais, sendo compostos por uma população que corresponde a força de trabalho formal do Brasil, com carteira assinada (CLT) e segurados do INSS. Assim, pode-se falar que o levantamento engloba o universo de trabalhadores do mercado formal brasileiro que possuem direito ao benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), sendo equivalente a um grupo de aproximadamente 43 a 45 milhões de trabalhadores ativos e segurados no Brasil.

Dentre essa população, foram considerados afastamentos por motivos de saúde mental entre os anos 2023 e 2025: 219.850 concessões de afastamento por motivo de ansiedade e depressão, em 2023; 141.000 por ansiedade e 113.000 por depressão, em 2024; e 116.000 por ansiedade e 126.000 por depressão, em 2025, conforme ilustrado no Quadro 1, abaixo:

Quadro 1: Total de benefícios por incapacidade temporária concedidos no Brasil por razões psicológicas

Ano	Total de Afastamentos no País	Diagnósticos Principais (Nacional)	Contexto e Tendência
2023	219.850 concessões	Ansiedade e Depressão	Retomada expressiva póspandemia.
2024	472.000 concessões	141 mil Ansiedade / 113 mil Depressão	Salto de 114,69% em relação ao ano anterior.
2025	546.254 concessões	166 mil Ansiedade / 126 mil Depressão	**Novo recorde histórico** (alta de 15, 73% em um ano).

Fonte: Dados brutos do Ministério da Previdência Social (2023-2025), adaptados e tabulados via inteligência artificial generativa.

Evidencia-se que, no que se refere ao crescimento percentual ano a ano para os diagnósticos de ansiedade e depressão, houve uma variação percentual positiva de concessões totais entre 2023 e 2024 de 114,69%, mais que o dobro em relação ao crescimento absoluto do número total de concessões de um ano para o outro, trazendo um ganho substancial dos registros, além de ser mais de sete vezes maior que a taxa de crescimento registrada no ano seguinte (2024 para 2025).

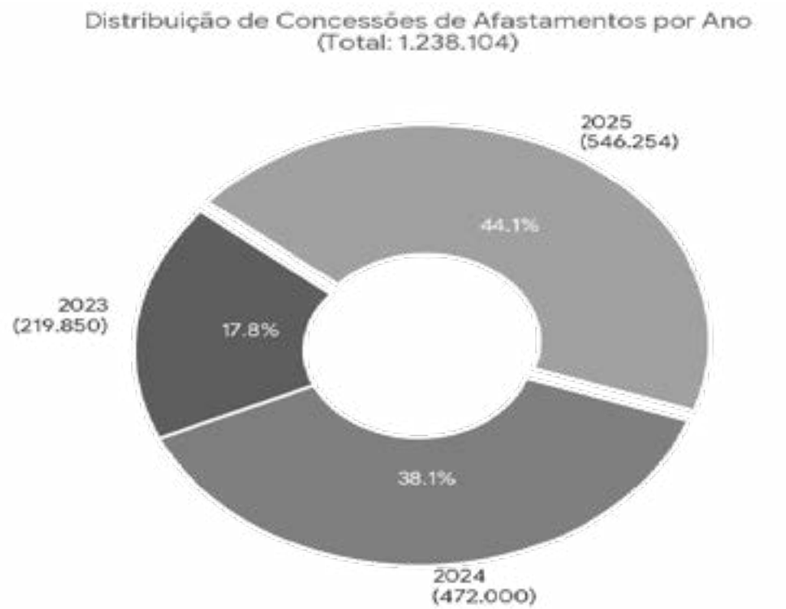
No biênio, 2024 e 2025, mesmo havendo uma desaceleração quanto ao período subsequente, a alta foi de 15,73% nas concessões totais. No ínterim de 2024–2025, a média específica por diagnóstico deu-se especificamente: para casos de ansiedade, 153.500 casos por ano; e de depressão, 119.500 casos por ano.

Observa-se uma tendência significativa e contínua de alta de concessões, o que estabelece um novo recorde histórico. Vale considerar que os números do quadro acima (como as 546.254 concessões em 2025) referem-se ao número total de licenças emitidas, e não à quantidade exata de pessoas

Como um mesmo trabalhador pode passar por perícia e renovar ou abrir mais de um benefício ao longo do mesmo ano, o total de indivíduos afetados é ligeiramente menor do que o número total de concessões.

Para melhor visualização do aumento de benefícios por incapacidade temporária concedidas no Brasil por razões psicológicas, fez-se a figura abaixo apresentando a distribuição proporcional das concessões de afastamentos ao longo do triénio de 2023 a 2025.

Figura 1: Afastamentos temporários laborais docentes por ano



Fonte: Dados brutos do Ministério da Previdência Social (2023-2025), adaptados e tabulados via inteligência artificial generativa.

Pode-se ver com clareza que o ano de 2025 concentra o maior volume do período com 44,0% das concessões, trazendo o ano de 2024 uma parcela intermediária com 38,2% do total. O ano de 2023 aparece com a menor parte do acumulado com 17,8%.

O crescimento abrupto de 114,69%, observados na concessão de benefícios entre 2023 e 2024, mostra o efeito residual da crise sanitária da COVID-19, indicando que o esgotamento mental pode ser a longo prazo. Galea; Merchant e Lurie (2020) discutem que eventos traumáticos de massa impactam sobre a saúde mental coletiva de maneira tardia e cumulativa, porque, segundo os autores, os estressores socioeconômicos e o isolamento prolongado funcionam como traumas contínuos que destroem os recursos psicológicos da população ao longo do tempo.

Outro aspecto a ser considerado nessa análise é que com a consolidação do Programa Atestmed pelo INSS, a partir do final de 2023, conforme estabelecido na Portaria Conjunta nº 38 do Ministério da Previdência Social (Brasil, 2023), as concessões de benefícios por incapacidade temporária passaram a ser documental, sendo dispensada a necessidade de perícia médica presencial para afastamentos de curta e média duração. Dessa forma, houve a eliminação de agendamentos que antes causavam subnotificação compulsória. Segundo Bramante (2026), a expansão do Atestmed reduz as filas de espera, mas traz problemas como a automação e o risco de indeferimentos por preenchimentos incorretos de laudos.

As patologias que mais geram afastamentos segundo os dados do INSS

Com a análise dos dados coletados, tem-se que a ansiedade e a depressão são transtornos mentais que mais afetam os trabalhadores docentes. Assim, pode-se falar que as pressões crônicas existentes na organização do ambiente laboratorial do professor geram incapacidades e adoecimento mental, afetando progressivamente os recursos psicológicos e a motivação do trabalhador no cenário contemporâneo (Trindade, Morcerf, Oliveira (2018); Fernandes e Vandenbergue (2018); Costa et al (2025)).

No tocante às patologias mentais mais presentes no magistério, Trindade, Morcerf, Oliveira (2018) indicam que o estresse, a ansiedade, o esgotamento e os problemas relacionados ao sono são indicadores de perturbações da mente, conhecidos como Transtornos Mentais Comuns (TMC). Costa et al (2025), em uma proposta de revisão integrativa, revelam sintomas com elevada prevalência encontrados no meio dos que são responsáveis pelo ensino quanto ao equilíbrio psíquico: ansiedade, estresse e síndrome de Burnout. Essas doenças comprometem a qualidade do trabalho, além da vida pessoal do profissional.

A ansiedade, quando presente no ambiente laboral, pode afetar o desempenho da profissão quanto ao bem estar do trabalhador. A percepção de insuficiência diante das expectativas exerce um impacto adverso na saúde psíquica do indivíduo. Isso pode atuar como causa para o aumento da ansiedade, culminando na inevitável redução de produtividade. (Almeida et al, 2025, p. 5157 - 5158).

O trabalhador quando acometido por ansiedade, como identificado na citação acima, compromete seu serviço, pois deixa de possuir satisfação em sua profissão. Fica também evidente que esse transtorno e estresse surgem simultaneamente, uma vez que o ansioso dificilmente consegue manter o equilíbrio entre a saúde mental e física.

O estresse surge da relação entre o indivíduo e o ambiente. Conforme Lipp e Guevara (1994), as fontes propulsoras do esgotamento podem ser internas, a maneira de ser do indivíduo; e externas, relacionadas às demandas diárias da vida em ambientes sociais.

Fernandes e Vandenbergue (2018) apontam que a profissão docente está exposta a muitas fontes de pressão que acarretam o estresse: elevada carga horária, pequenas pausas para descanso, ritmo intenso de trabalho, precárias condições laborais, perda da autonomia em sala de aula, salários insatisfatórios, não reconhecimento social e exigência no desempenho da profissão de alto nível de atenção e concentração.

Os autores evidenciam que, diante do excesso de atividades e do desgaste emocional, os professores tornam-se mais susceptíveis aos transtornos relacionados ao estresse, como é o caso da Síndrome de Burnout.

Trindade, Morcerf, Oliveira (2018) mencionam ser essa síndrome o transtorno mental que mais acomete os educadores, caracterizada como um fenômeno psicossocial, desencadeada durante a situação do ofício, manifestando-se em ações diretas e contínuas com outros pessoas no exercício da profissão, causando tensão e estresse. Para os autores:

> O Burnout, segundo a literatura científica atual, é caracterizado pela presença de três dimensões, consideradas como: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional. A exaustão emocional é explicada pela ausência de estímulo pessoal, falta de energia, cansaço ou desgaste e sentimento de esgotamento de recursos em relação ao trabalho constantemente realizado, tendo como maior causa o conflito pessoal nas relações e a sobrecarga, estando fortemente vinculado a problemas de relações interpessoais no trabalho. Trindade, Morcerf, Oliveira (2018, p. 43-44)

É perceptível que há causas no magistério que levam os professores a adoecerem: conflito pessoal nas relações e sobrecarga de atividades. Sobre a qualidade no ambiente do ofício exercido, afirmam que a estrutura da empresa e os recursos disponíveis para os trabalhadores são importantes para o desenvolvimento

de atividades, garantindo a saúde, a segurança e a satisfação das pessoas (Moreira e Rodrigues, 2018).

A saúde mental dos professores e seu ambiente de trabalho

O espaço físico das organizações contribui para o agravamento da saúde dos responsáveis pelo ensino. Segundo Iida (1993), as tensões laborais podem estar diretamente relacionadas as inadequadas condições ambientais. São exemplos: excesso de calor, ruídos e vibrações que causam desconforto, contribuem para os riscos de acidentes, levando a danos à saúde. Fernandes e Vandenbergue (2018, p.84), acrescentando outros fatores causadores de patologias mentais em professores, enumeram as atividades excessivas e a ablação emocional: "O excesso de atividades e o desgaste emocional a que os docentes estão sujeitos no trabalho tornam-nos mais susceptíveis e vulneráveis ao desenvolvimento de transtornos relacionados ao estresse".

Merlo et al. (2014) argumentam que a saúde do trabalhador está diretamente relacionada à qualidade de vida. Para os autores, são indicadores de vida saudável: alimentação adequada, moradia, transporte, educação, lazer, acesso à bens essenciais e um ambiente de serviço saudável.

No que se refere à convivência nas organizações, tem-se o que se nomina de saúde social. Segundo Marques e Ribeiro (2020), é o ambiente de convivência pessoal um lugar que possibilita o desenvolvimento das habilidades sociais dos indivíduos, impactando a saúde e o bem-estar.

Zanelli, Borges-Andrade e Bastos (2014), no tocante à saúde no âmbito da empresa, sustentam que uma instituição deve buscar em primeiro lugar o bem-estar do trabalhador e a manutenção de resultados positivos. Isso traz a inclusão de variáveis que estão envolvidos nesse meio: sua estrutura, suas políticas de gestão de pessoas e os tipos de liderança.

Assim, o trabalho abrange o bem-estar psicológico e social dos indivíduos. Ele molda o ser humano e suas relações. Nos espaços institucionais, tem-se a possibilidade de desenvolvimento de habilidades e o enfrentamento de desafios que propiciam o desenvolvimento individual e coletivo.

Moreira e Rodrigues (2018, p. 239) mencionam que trabalho é uma atividade "relevante para a vida dos indivíduos e tem consequências em suas condições de saúde, tanto físicas quanto mentais." Não há, nessa opinião, um posicionamento direto e singular quanto ao aspecto inicial do conceito de labuta, mas um argumento que o apresenta como algo que é importante para a vida de um indivíduo, que pode trazer prazer ou sofrimento e ou "contribuir para a saúde ou para o adoecimento".

Fica manifesto, na visão dos autores, que a organização e as condições em que um ofício é exercido podem levar até a morte. Assim, vê-se a necessidade de se falar sobre a saúde, especificamente a mental, no ambiente de serviço. Dessa maneira, discutir sobre o bem-estar psicológico nos ambientes laborais é trazer à tona a necessidade de prevenção de transtornos mentais e de criação de um ambiente que impulsione a motivação, o engajamento e a produtividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados evidenciam, portanto, uma crise na saúde mental dos professores no Brasil, marcada pelo aumento expressivo de mais de 140% nos afastamentos por ansiedade e depressão entre 2023 e 2025. O crescimento de cerca de 220 mil para mais de 546 mil concessões de benefício pelo INSS sinaliza que o adoecimento docente deixou de ser um problema individual e passou a ser um desafio estrutural de saúde

pública.

Esse aumento nos afastamentos por transtornos mentais no Brasil evidencia a urgência de uma transformação profunda no mercado de trabalho atual. Torna-se preciso pensar na implementação de políticas públicas de intervenção e a criação de apoio psicológico contínuo para os professores brasileiros. Além disso, no contexto educacional, é indispensável melhorar as condições laborais e realizar uma investigação apurada sobre as causas do adoecimento dos docentes.

Para reverter esse cenário crítico de ansiedade e depressão, as empresas precisam adotar ações preventivas imediatas, que vão desde o respeito ao direito de desligamento e o combate a ambientes que causam prejuízos físicos e psicológicos, até a oferta de suporte psicológico direto e o monitoramento constante dos riscos psicossociais.

A busca de estilos de vida saudáveis nos ambientes de trabalho torna-se uma prevenção de doenças mentais. O incentivo por boas relações sociais baseadas no respeito, na comunicação, no entendimento de limites de cada profissional pode ser um aspecto importante para o começo de mudanças nas relações sociais travadas no ambiente corporativo docente. Somente substituindo a cultura do esgotamento por um ambiente de segurança psicológica será possível diminuir os números que refletem a invalidez mental temporária e proteger o capital mais valioso de qualquer organização: as pessoas.

CONFLITO DE INTERESSE:

As autoras declaram que não há conflito de interesse.

REFERÊNCIAS:

ABREU, K. L. de; STOLL, I.; RAMOS, L. S.; BAUMGARDT, R. A.; KRISTENSEN, C. H. Estresse ocupacional e Síndrome de Burnout no exercício profissional da psicologia. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 22, p. 22–29, 2002.

ALMEIDA, M. de G.; SILVA, A. B.; SANTOS, C. D.; OLIVEIRA, E. F.; LIMA, G. H. Ansiedade e qualidade de vida no trabalho: Estratégias laborais para a promoção do bem-estar ocupacional. Lumen et Virtus, v. 16, n. 48, p. 5154–5164, 2025.

BAKKER, Arnold B.; DEMEROUTI, Evangelia. Job Demands-Resources theory: Taking stock and looking forward. Journal of Occupational Health Psychology, v. 22, n. 3, p. 273-285, 2017. Disponível em: https://pure.tue.nl/ws/portalfiles/portal/338329586/ocp_29_3_188.pdf. Acesso em: 12 set.2026.

BRAMANTE, A. A expansão do Atestmed e a automação dos benefícios por incapacidade. In: Instagram: @adribramante. Portal Previdenciário, 15 maio 2026. Disponível em: https://www.instagram.com/adribramante/. Acesso em: 27 ago. 2026.

CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves; DIEHL, Liciane; ELY, Karine; FREITAS, Isadora Marques de; SCHNEIDER, Gabriela de Azeredo. Estressores Ocupacionais e Estratégias de Enfrentamento. Revista Subjetividades, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 92–105, 2018. DOI: 10.5020/23590777. rs. v18i1.6462. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/6462. Acesso em: 12 set. 2026.

CODO, W.; VASQUES-MENEZES, I. O que é Burnout? Educação: Carinho e Trabalho, v. 2, n. 1, p. 237–254, 1999.

COSTA, A. C. S. da; SOUZA, E. A. de; DANIELE, T. M. da C.; FROTA, M. A. Risk factors for the

mental health of basic education teachers in Brazil: Integrative review. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, v. 23, n. 4, 2025. Disponível em: https://rbmt.org.br/details/3183/pt-BR. Acesso em: 27 jan. 2026.

DIEHL, Liciane; MARIN, Angela Helena. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/25302. Acesso em: 12 set. 2026

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

FARIAS, P. M. Condições do ambiente de trabalho do professor. Revista de Estudos Tradicionais e Científicos, v. 1, n. 1, p. 38–45, 2004. Disponível em: https://ri.ucsal.br/bitstreams/d9c261ee-0c31-4d44-bfa8-2c27d1c2c0ab/download. Acesso em: 27 jan. 2026.

FERNANDES, G. C. P. S.; VANDENBERGHE, L. O estresse, o professor e o trabalho docente. Revista Labor, v. 1, n. 19, p. 75–86, 2018.

FLECK, M. P. de A.; LOUZADA, S.; XAVIER, M.; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". Revista de Saúde Pública, v. 34, n. 2, p. 178–183, 2000.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IIDA, I. Ergonomia: Projetos e produção. São Paulo: Edgard Blücher, 1993.

MERLO, Á. R. C.; BOTTEGA, C. G.; PEREZ, K. V. Atenção ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do trabalhador e da trabalhadora: Cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde. Porto Alegre: Evangraf, 2014. Disponível em: https://www.forumat.net.br/at/sites/default/files/arq-paginas/5869.compressed.pdf. Acesso em: 27 ago. 2026.

MOREIRA, D. Z.; RODRIGUES, M. B. Saúde mental e trabalho docente. Estudos de Psicologia (Natal), v. 23, n. 3, p. 236–247, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2025.

REIS, E. B.; ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M.; BARBALHO, L.; SILVA, M. O. Docência e exaustão emocional. Educação & Sociedade, v. 27, n. 94, p. 229–253, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/sbzFLvJbZLg69wmdVx7Ppkm/?format=pdf□=pt. Acesso em: 15 dez. 2025.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. d. P. B. Metodologia de pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, A. C.; SANTOS, M. F. O impacto da saúde na qualidade de vida e bem-estar geral das pessoas. Revista Foco, v. 12, n. 3, p. 45–58, 2019. Disponível em: https://revistaft.com.br/o-impacto-da-saude-na-qualidade-de-vida-e-bem-estar-geral-das-pessoas/. Acesso em: 04 ago. 2026.

TRINDADE, M. de A.; MORCERF, C. C. P.; OLIVEIRA, M. S. de. Saúde mental do professor: Uma revisão de literatura com relato de experiência. Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão, v. 2, n. 4, p. 42–59, 2018. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/conecte-se/article/view/17609. Acesso em: 05 jun. 2026.

ZANELLI, J. C.; BORGES, A. J. E.; BASTOS, A. V. B. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.